



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Reflexões sobre o processo de formação do pedagogo: experiência e análise de formação pedagógica com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Valeska Vieira de Almeida

Brasília, Setembro de 2012

Reflexões sobre o processo de formação do pedagogo: experiência e análise de formação pedagógica com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas

Valeska Vieira de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação de Nirce Barbosa Castro Ferreira

Comissão Examinadora:

Professor Doutor Renato Hilário dos Reis

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Mestre Nirce Barbosa Castro Ferreira (Orientadora)

Faculdade de educação da Universidade de Brasília

Professora Mestre Julieta Borges Lemes

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – Grupo GENPEX

DEDICATÓRIA

Ao meu amado marido Guilherme, o meu porto seguro. Por sua amizade, companheirismo e amor. Por acreditar, sem nunca desistir de mim.

A minha filha Beatriz, por me permitir viver e desfrutar esse lado doce e gostoso da vida que é ser mãe. Por me permitir sentir esse amor puro, esse sentimento inexplicável e imensurável.

A minha mãe Valdirene, minha inspiração. Por seu cuidado, dedicação, disposição e por sempre me apoiar incondicionalmente.

Ao meu querido pai Vladimir, por seu amor e cuidado. Por sempre investir e acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom e eterno Deus,

Por sua misericórdia, graça e amor derramados todos os dias sobre a minha vida.

Aos meus queridos sogros, Alberone e Maria Rosa, que são verdadeiros pais. Cuidam de mim, me apoiam e incentivam.

Aos meus avós, Geraldo e Dalva, sempre tão dedicados e amorosos em cada cuidado e ensinamentos.

A minha mestra Nirce, sempre tão amorosa, encorajadora, e, principalmente, inspiradora. Que me fez encontrar a verdadeira educação que eu procurava. Me ajuda, acompanha e instruí. Uma verdadeira amiga.

Ao professor Renato Hilário dos Reis, fundador do GENPEX. A maior inspiração e exemplo de um educador pleno. O maior exemplo de persistência, de amor, sem nunca desistir de seus alunos e principalmente da educação.

Aos amigos do GENPEX, especialmente os que atuam na unidade de semiliberdade pela nossa caminhada juntos.

Aos meus amigos, Vanessa, Cristiano, Raissa, Jéssica, Estevam, Larissa, Diego e Myriane, sempre companheiros. Vocês alegram e colorem minha vida de uma forma única e especial.

Almeida, Valeska Vieira. Reflexões sobre o processo de formação do pedagogo: experiência e análise de formação pedagógica com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Brasília-DF: Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de conclusão de curso), 2012.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta uma reflexão sobre a formação do pedagogo em processo para atuar em diferentes ambientes educativos, tendo como foco as Unidades de Semiliberdade, destinado à crianças e adolescentes que cometeram ato infracional e como medida socioeducativa foi decretada a semiliberdade.

A partir da minha experiência prático em uma Unidade de Semiliberdade, juntamente com um grupo de alunos da Faculdade de Educação, do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, começo a perceber a importância da formação da (o) pedagoga (o) em algumas áreas específicas da educação e a necessidade de sua inserção em lócus sociais, onde haja demanda desses profissionais, sendo dia a dia formados e transformados a partir de trabalhos realizados junto à comunidade. Ao compartilhar essa experiência prático proponho caminhos diferentes a serem trilhados por pedagogas (os) que estão em processo de formação; caminhos em que a prática seja a essência de toda a construção do educador; caminhos de interação com o outro; de doação para o outro; caminhos que só podem ser trilhados e atingidos com a presença do outro. Também foi feita uma pesquisa com pedagogos formados, reiterando a importância e a indispensabilidade da minha experiência prático vivenciada na Unidade de Semiliberdade como fator indispensável a minha formação como pedagoga na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Procuro analisar neste trabalho a importância da prática pedagógica cotidiana na formação do educador e, assim, a importância do curso de pedagogia ser essencialmente prático.

O conceito de Práxis que guia esse trabalho é o de Freire:

[...] os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos

homens do devenir da realidade. Desta maneira, a educação se re- faz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo.

(Freire, 2005, p. 42)

Palavras Chaves: Semiliberdade. Medidas socioeducativas. Práxis Pedagógica. Adolescentes. GENPEX.

SUMÁRIO

RESUMO	05
APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
PARTE I – MEMORIAL DE VIDA	11
PARTE II – MONOGRAFIA :	
JUSTIFICATIVA	15
CAMINHO METODOLÓGICO	17
OBJETIVOS	22
CAPÍTULO I - A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR PARA ATUAR (NOS VÁRIOS SEGMENTOS QUE A EDUCAÇÃO DE HOJE EXIGE) COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	23
1.1 A lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Currículo do Curso de Pedagogia	23
1.2 GENPEX- Grupo de Pesquisa Extensão e Estudos Filosóficos Histórico Culturais, um grupo que tem a prática (PRÁXIS) educativa como base de todo aprendizado.	28
CAPÍTULO II. CONHECENDO MELHOR AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI A PARTIR DAS LEIS QUE REGEM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	30
2.1. As determinações do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA	30
2.2 Normas gerais de controle e execução das medidas socioeducativas	31
2.3 Lei N° 12.594, de 18 de Janeiro 2012	33
CAPÍTULO III. A MINHA EXPERIÊNCIA PRÁTICO PEDAGÓGICO EM UMA UNIDADE DE SEMILIBERDADE	36

3.1 Meus aprendizados e Transformações	40
3.2 Transformações e aprendizados dos adolescentes durante o meu período de vivências na Unidade de Semiliberdade	42
CAPÍTULO IV. ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM PEDAGOGOS	44
4.1 Análise das entrevistas	44
4.2 Resultados Obtidos	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	50
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

A falta da práxis tem contribuído também para a formação de pedagogos inexperientes e despreparados para a atuação nos vários contextos educativos. Digo isto por ter vivido a experiência real concreta da práxis pedagógica, em oportunidade que me foi concedida, mesmo depois de já ter cumprido o currículo de projetos que o curso de pedagogia oferece.

Depois de me confrontar com realidades, nunca antes imaginada, é possível dizer que a maioria dos pedagogos em formação, e porque não citar, os recém-formados, necessitam vivenciar experiências de extensão dentro do processo ensino-aprendizagem. Assim sendo, penso que trabalhos realizados junto a comunidade, exercitada dentro do tripé ensino-pesquisa-extensão, trará enormes contribuições a formação do pedagogo, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Apresento neste trabalho de conclusão de curso, cujo título é “Reflexões sobre o processo de formação do pedagogo: experiência e análise de formação pedagógica com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas”, a real necessidade de a práxis pedagógica ser a essência do curso de Pedagogia. A seguir, exponho a forma de construção deste texto monográfico.

Este trabalho está estruturado em três partes e quatro capítulos, sendo que na primeira parte eu apresento o meu memorial de vida, que respalda a historicidade do objeto de estudo e pesquisa escolhida. A monografia apresenta-se na segunda parte, e por fim, na terceira parte as minhas perspectivas profissionais futuras.

A segunda parte inicia-se com a justificativa e a exposição do caminho metodológico utilizado para o desenvolvimento desse trabalho, e logo é dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento as leis da educação e suas diretrizes para a formação e atuação do pedagogo nos vários segmentos e contextos educativos, o currículo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. A partir dessas diretrizes, e o GENPEX - Grupo de Pesquisa e Extensão e Estudos Filosóficos Histórico Culturais, que com a sua atuação dentro da Universidade tem fornecido base e encaminhado os alunos da Faculdade de Educação a se inserirem na práxis pedagógica/acadêmica, em várias frentes.

No segundo capítulo Trago às leis do ordenamento jurídico brasileiro para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e o trabalho do pedagogo frente a este contexto educativo.

O capítulo terceiro trata sobre a minha experiência prática pedagógica em uma Unidade de Semiliberdade, e as transformações obtidas a partir da vivência na Unidade.

Por último, no capítulo quarto, apresento a análise e resultados obtidos a partir da pesquisa realizada com pedagogos formados, reiterando a importância da práxis vivenciada por mim em Unidade de Semiliberdade.

PARTE I

MEMORIAL DE VIDA

Sou Valeska, nascida no dia 15 de outubro de 1989. Minha mãe Valdirene e meu pai Vladimir se alegram com a chegada da segunda filha.

Quando nasci, meus pais já estavam separados, minha mãe estava com 18 anos e meu pai com 20. Ela estava com os estudos parados desde que tivera minha irmã, com dezesseis anos. Porém, com muito esforço ela conseguiu concluir o ensino médio. Lembro-me da época que quase não nos víamos, pois saía cedo, enquanto eu ainda dormia, e ela ia trabalhar e chegava tarde da noite, quando eu já dormia, pois ela estava estudando.

Nessa época morávamos com meus avôs, pais de minha mãe, eles cuidaram de mim, na minha infância. Quanta dedicação, cuidado, amor! Eles foram e são ótimos! Como eu os amo e sou grato a eles!

Meu pai já trabalhava com meu avô. Comprava carros e alguns produtos em leilões e revendia-os. Desde sempre me lembro de meu pai bastante ocupado e trabalhador. Para ele também foi muito difícil terminar o ensino básico, e ele começou a graduação quando eu já estava no ensino médio.

Sempre trabalhadores, batalhadores e dedicados meus pais fizeram de tudo para dar oportunidades melhores, a nós, seus filhos, do que as que eles tiveram. E assim, com quatro anos começa a minha vida escolar em uma escola particular de ensino infantil. Lá fiquei até concluir a primeira série do ensino fundamental.

Dentro das minhas poucas recordações, todas são muito gostosas de relembrar. Lembro-me da minha professora, o quanto ela era amável, dedicada, e inspiradora, Andréia era o nome dela. Digo que ela era inspiradora, pois, lembro-me bem que sempre pensava em ser professora, uma professora como ela. Lembro-me também das músicas que cantávamos e dançávamos e que toda sexta-feira era o dia de levarmos um brinquedo. Outra lembrança muito gostosa é a do meu querido e amado avó, sempre me levando e buscando na escola, como ele era dedicado!!

A partir da 2ª Série do Ensino Fundamental até a 5ª estudei na escola pública. Da 2ª Série lembro-me de uma professora de artes e suas aulas divertidíssimas e criativas. Era o momento mais gostoso da semana, sempre uma novidade e atividades muito diferentes.

Já da 3ª série minhas recordações não são muito legais. Recordo-me que durante todo o ano a professora nunca aprendeu o meu nome. Isso me machucava, pois ela chamava a todos pelo nome e quando ia se referir a mim, não sabia. Outra coisa que me lembro era a forma que ela cobrava a tabuada e expunha todos aqueles que não sabiam responder corretamente, era extremamente constrangedor.

A 4ª e 5ª séries foram tranquilas. As aulas de Educação-Física sem dúvidas eram as minhas preferidas. Nesses dois anos fiz vários amigos, descobri que adorava jogar vôlei (até hoje) e que geometria não era uma matéria muito legal.

Na 6ª série aconteceu uma mudança radical, saí da escola pública e fui para uma escola particular. Como eu tive dificuldades esse ano. Foi o único ano da minha vida escolar que fiquei de recuperação final, e em duas matérias. Outra grande mudança acontece quando fui morar com meu pai. Foi um período de grande adaptação. Nova escola, nova família, novos costumes.

Meu pai era casado e tinha outra filha, na época bebezinha. Tive oportunidade de viver coisas novas, de conviver com meu pai e sua nova família. E foram momentos ótimos de construir muitos momentos bons e únicos.

A minha sétima e oitava série foram os anos mais divertidos de toda a minha vida escolar. Estudei em uma escola integral, entrava às 08:00 horas e saía às 17:00 horas. Pela manhã tinha aula normal, e na parte da tarde tinha várias atividades, entre elas: dever de casa com o professor da própria disciplina tirando as dúvidas, aula de jazz, teatro, natação, informática.

Nesses dois anos fiz amizades que tenho até hoje e encontrei o grande amor da minha vida, o meu marido Guilherme. Ele era da minha sala na 8ª série e foi nesse ano que começamos a namorar.

Já no ensino médio sem dúvidas a minha maior recordação era a cobrança para passar na UnB. No 1º e 2º anos do Ensino médio estudei em um colégio que tínhamos dois professores por sala. Era atenção em dose dupla. Tinha plantões, simulados PRÉ-PAS, e

quase todas as provas eram compostas por questões de provas do vestibular e do PAS da UnB. Também fiz um cursinho PRÉ-PAS. Passava o dia na escola, aula pela manhã, plantões de dúvidas à tarde e anoite cursinho. Era uma correria e uma cansreira.

Com tudo isso a melhor hora do meu dia era a aula de educação física, e uma oficina que fazia parte da grade horária do colégio em que eu fazia dança de salão.

O 3º ano foi o mais tranquilo, pois eu já estava tão cansada de estudar e de ouvir falar em vestibular que foi o ano que menos estudei. E por incrível que pareça foi o ano que fui melhor no PAS da UnB. Acho que o momento mais difícil desse ano foi realmente decidir o curso superior que faria. Estava em dúvida entre dois cursos teoricamente diferentes, Educação Física e Pedagogia. Pensava no primeiro porque ADORAVA jogar vôlei, porém não me via sendo professora de educação-física, e o segundo é porque desde pequena sonhava em ser professora e adorava crianças.

Então percebi que não fazia sentido fazer educação física só por gostar de um esporte, que provavelmente eu seria uma professora frustrada, o que provavelmente não ocorreria se eu fizesse Pedagogia.

Final do ano de 2007, escolha tomada, prova do PAS feita para Pedagogia. Agora era esperar o resultado. E quando enfim saiu o resultado não podia acreditar, minha irmã me liga desesperada de alegria contando que eu tinha passado. Que grande sonho realizado!! Minha felicidade era inexplicável, minha sensação era a de que ninguém era capaz de entender o que estava sentindo.

Quando chego à UnB eu me sinto completamente perdida e deslocada. Como é diferente o ambiente universitário de um colégio de ensino médio. É uma adaptação extremamente confusa. Não existe mais ninguém te cobrando e falando o que você deve fazer, as responsabilidades são unicamente suas e você é o responsável por cada escolha e decisão tomada. Porém, é um momento único de crescimento pessoal, profissional, e enquanto aluno.

Durante o curso tive contato com algumas áreas diferentes. Fiz as três fases do projeto 3 na área de gestão educacional. Durante a 2ª e a 3ª fase fiz algumas observações em uma escola pública, onde eu tinha que avaliar o trabalho da equipe gestora do colégio. Já as duas fases do projeto 4 fiz na área de letramento. Para esse trabalho tive que observar uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental e desenvolver um trabalho sobre letramento.

Dentre esses projetos que participei o que mais me marcou foi, sem dúvidas, o projeto que comecei semestre passado (2º semestre de 2011) com adolescentes em uma Unidade de Semiliberdade. Pois de fato eu participei, não fiz apenas observações, era um sujeito ativo na construção e participação do projeto.

No meio do meu curso, em 2010, me casei com o Guilherme Eduardo de Almeida e ganhei o maior presente desse mundo, minha querida filha Beatriz Vieira de Almeida. Quantas transformações, aprendizados e ensinamentos, tanto pessoais quanto pedagógicos.

Nesse período de graduação conheci diversos professores que influenciaram a minha vida enquanto cidadã educadora. Muito deles me mostrando a frustração de um ser humano que não usa os seus conhecimentos individuais e pedagógicos nem em favor de si mesmo, quem dirá dos outros. Quantos professores picaretas! Porém, o principal ensinamento desses foi a reafirmação da certeza do professor, educador, cidadão que quero ser.

Diferentemente desses, conheci outros que me inspiraram e me mostraram que ser professor vai além de obter conhecimentos pedagógicos, de métodos a serem aplicados e de obter um diploma, mas que atuam na realidade para transformá-la. Não precisam entrar em uma sala de aula para aplicar os seus conhecimentos, antes a sala de aula é a vida, é o dia a dia onde estão constantemente ensinando e aprendendo, educando e sendo (re)educados.

Devo confessar que durante o curso em alguns momentos senti-me perdida, com dúvidas se estava no lugar certo. Sentia falta de uma educação concreta, realista, e foi quando encontrei o GENPEX e conheci verdadeiros educadores.

Hoje estou aqui, apresentando esse trabalho de conclusão de curso e posso dizer que sinto-me completamente realizada!

PARTE II - MONOGRAFIA

JUSTIFICATIVA

Durante o sexto semestre do curso eu estava desesperada e perdida sem saber qual seria o meu objeto de pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso. Já havia trabalhado e desenvolvido alguns projetos na área de gestão escolar e letramento, porém, mesmo gostando dos dois, sabia que ainda não era o tema certo.

Estava em busca de algo que realmente me despertasse interesse, algo novo, que ainda não tinha tido contato. E foi assim que, através de uma disciplina optativa, escolhida por acaso, acabei encontrando meu objeto de pesquisa.

Para falar a verdade nunca me imaginei trabalhando com jovens e adultos, achava que era uma área que não me despertaria interesse. Porém, devo confessar que o que me cativou foi a proposta desenvolvida pelo GENPEX- Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais da FE-UnB. A proposta do grupo é totalmente diferenciada de todas as que eu já havia conhecido e participado na faculdade. Sintetizando, a educação não é o fim e sim o meio. Onde os sujeitos da aprendizagem são todos os que participam e constroem, com o objetivo de uma educação real e não ilusória, onde as pessoas se libertam e são capazes de transformar a realidade, pois se encontram como sujeitos humanos ativos nessa realidade.

Nas aulas da disciplina Educação de Adultos sempre conversávamos sobre a educação que transforma segundo Paulo Freire, e a professora Nirce Ferreira, sempre contando do trabalho desenvolvido pelo GENPEX, coordenado pelo Professor Renato Hilário, em uma Unidade de Semiliberdade.

Fui convidada a participar de um encontro do GENPEX, na Semana Universitária, onde várias frentes do trabalho desenvolvido pelo grupo estavam lá expondo suas construções, e foi então que tive a certeza que tinha encontrado o que eu estava procurando: um trabalho com sujeito reais e concretos, onde eu podia intervir na realidade e transformá-la.

As ações realizadas e acompanhadas pelo GENPEX são a alfabetização e formação em processo de alfabetizadoras (es) no Paranoá/Itapoã e Brazlândia – DF, educação profissional

articulada com a educação de jovens e adultos em Ceilândia - DF e o acompanhamento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei em Taguatinga – DF.

Outro ponto que me fez querer participar desse projeto é que já estava no final do curso e até hoje não tinha tido contato nenhum com essa área. Os meus conhecimentos eram totalmente restritos. E eu parto da premissa de que é fundamental, em sua formação, o pedagogo experimentar um pouquinho de cada área, para que saíamos habilitados a atuar em qualquer área sendo indispensável um mínimo conhecimento em cada uma.

Conversei com a professora e falei para ela do meu interesse em participar com o grupo que atuava na Unidade de Semiliberdade. Fui muito bem recebida por todos e então comecei a participar das idas e intervenções na Unidade de Semiliberdade em Taguatinga Sul, que trabalha com jovens e adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos.

Hoje estou aqui, escrevendo o meu trabalho de conclusão de curso na área da educação de jovens e adultos, não escolhi essa área porque quero trabalhar única e exclusivamente com jovens e adultos, não estou delimitando a minha área de trabalho, mas porque é aqui onde aprendo e construo os conhecimentos mais importantes a serem desenvolvidos em qualquer área da educação: a certeza de que a educação transforma, a certeza de que um professor precisa ir além de ser um professor, precisa ser um educador, e a certeza de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (Freire, 1981, p.79)

CAMINHO METODOLÓGICO

A minha caminhada para a construção desse trabalho se inicia no segundo semestre de 2011 participando das vivências construídas a partir das inserções na Unidade de Semiliberdade com o GENPEX. A cada novo encontro sentia a necessidade de conhecer melhor, de entender e aprender sobre as medidas socioeducativas, sobre adolescentes em conflito com a lei e todo esse ambiente da semiliberdade. Percebo a necessidade de conhecer esse contexto para poder atuar de forma efetiva e construtiva. As inserções favoreceram e muito (de forma única) para a aprendizagem sobre os meninos, seus anseios e desejos, sobre suas realidades, sobre a semiliberdade. Estava aprendendo a partir da minha vivência. Porém era necessário também entender as leis que regem esse sistema e então começo a estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente e aprender sobre suas determinações.

Sempre que compartilhava com amigos da faculdade de educação essa experiência que estava vivenciando a maioria sempre ficava surpresa por não conhecer essa área de trabalho do pedagogo e alguns até relatavam sobre a necessidade de ela ser trabalhada em algum momento do curso.

Intrigada pelo desconhecimento dessa realidade da semiliberdade por quase todos os meus colegas da faculdade de educação (como era por mim também, até cursar a disciplina de jovens e adultos), resolvi fazer uma breve análise das disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação verificando sua ementa e analisando alguns espaços que possivelmente caberiam a aprendizagem sobre esse contexto educativo. E é aqui, analisando o currículo do curso de pedagogia, que surge a necessidade da revisão bibliográfica das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia.

Nesse ponto da minha caminhada várias dúvidas começam a surgir. As determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA referente ao trabalho do pedagogo são uma, e as orientações das Diretrizes Curriculares favorecem para a preparação desse pedagogo e para a realização dos trabalhos que o ECA determina. Porém o trabalho desenvolvido dentro da Unidade pelos profissionais não aconteciam da forma como deveria ser, e muitos pedagogos em processo de formação não estavam sendo preparados de acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares. Então olho para mim e me percebo como uma educadora privilegiada por estar tendo a oportunidade de participar de um projeto em um espaço real e concreto, intervindo na realidade, transformando-a e me transformando. Me encontro como uma

educadora que a partir da práxis está sendo formada e transformada e que é partir de uma experiência como essa que eu tenho vivido que nós, pedagogos, vamos ser formados como as diretrizes esperam e orientam e preparados para atuar em diferentes contextos educativos, seja no contexto da semiliberdade ou em qualquer outro.

É aqui que decido compartilhar a minha experiência prática, e percebo que ela (a práxis) deve ser o centro desse trabalho de conclusão de curso, pois percebi e entendi que o sentido da formação pedagógica é essencialmente a práxis e só tem sentido se for assim, pois é nela e a partir dela que somos formados e é construído o verdadeiro educador, a partir da nossa atuação e participação. Essa experiência prática está me formando como pedagoga de modo como nunca fui formada durante seis semestres de graduação.

Sentindo a necessidade de entender mais especificamente o trabalho que o pedagogo realiza com os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, começo a estudar sobre a LEI Nº 12.594 que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, constituindo-se como um guia.

Esse trabalho ia sendo construído com as revisões bibliográficas citadas acima, com a minha participação na Unidade de Semiliberdade e também nos encontros do GENPEX. E em todo o tempo minha querida mestra Nirce Barbosa caminhando comigo, e me orientando.

Durante esses quase dois semestres de caminhada, tive grandes dificuldade no percurso. O 2º semestre de 2011 foi mais tranquilo, participei das inserções na unidade e de vários encontros do GEXPEX que acontecem todas as quintas-feiras no período da noite onde é realizado o compartilhamento dos trabalhos realizados pelas frentes de trabalho do GENPEX. Porém, já no 1º Semestre de 2012 foi muito difícil para eu participar de vários encontros do grupo. E isso refletiu na dificuldade de construção do meu trabalho de conclusão de curso, afinal aquele é um espaço e momento privilegiado de construção de saberes onde a troca de experiências é muito rica. Como cursava uma disciplina quinta-feira na parte da tarde não conseguia ficar para os encontros a noite porque tenho uma filha chamada Beatriz, com um ano e meio de idade, e como já cuidavam dela na parte da tarde, não tinha com quem deixá-la na parte da noite. E essa foi a parte mais tranquila desse semestre turbulento. A parte mais difícil foi porque ela ficou muito doente, com sinusite e com larimbrônquiasmática (laringite e bronquite asmática). Foi um longo tratamento, pois ela ficou de maio até agosto tomando remédio atrás de remédio e fazendo tratamento atrás de tratamento.

Outro grande problema foi que em fevereiro descobrimos que minha tia Hélia Mara estava com câncer, e quando descobrimos já estava em várias partes, vários órgãos. Como ela não é casada e só tem uma filha que mora lá na França, e meus avós já não conseguem mais cuidar dela, pois já estão velhinhos, tínhamos que reveza (os poucos familiares que somos). Esse tem sido um período muito difícil, e principalmente escrever no meio de tudo isso, tem sido muito difícil. Porém, o que me anima é essa educação que encontrei e cada dia que paro para escrever e compartilhar um pouquinho dessa minha experiência praxica torna-se mais fácil pelo prazer que tenho encontrado na práxis.

E pela minha práxis ser a razão deste trabalho o referencial metodológico que embasa este trabalho vai ao encontro dos princípios da pesquisa-ação: uma metodologia de pesquisa voltada para a descrição de situações concretas e para intervenção-ação em função da resolução de problemas efetivamente detectados na coletividade considerada. (FERREIRA, 2009).

Da Pesquisa ação diz Barbier:

Não há pesquisa-ação sem participação É preciso entender aqui o termo “participação” epistemologicamente em seu mais amplo sentido: nada se pode conhecer do que nos interessa (o mundo afetivo) sem que sejamos parte integrante, “actantes” na pesquisa, sem que estejamos verdadeiramente envolvidos pessoalmente pela experiência, na integralidade de nossa vida emocional, sensorial, imaginativa, racional. É o reconhecimento de outrem como sujeito de desejo, de estratégia, de intencionalidade, de possibilidade solidária.

(Barbier, 2007,p.71)

A abordagem qualitativa também foi utilizada para levantar, analisar e compreender os dados coletados em uma pesquisa realizada com três pedagogos, que reiterou a importância e indispensabilidade da minha práxis na unidade de semiliberdade. Admite-se que “a pesquisa qualitativa preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (GONSALVES, 2007, p. 68).

Instrumentos

As vivências, escutas e intervenções realizadas em uma Unidade de Semiliberdade são a base da minha pesquisa-ação. A convivência na Unidade de Semiliberdade é uma das medidas metodológicas utilizadas para compreender o contexto da semiliberdade e colher informações dos adolescentes sobre a práxis do educador, observada por eles. Essas informações foram colhidas a partir dos encontros realizados durante o tempo de vivências na unidade. Vale a pena ressaltar que em todos os encontros estava ali muito mais que uma espectadora, mas sim uma participante ativa no processo de troca de saberes e experiências e (re)construção de conhecimentos.

Para a pesquisa realizada com os pedagogos foi utilizado como instrumento um questionário com entrevista estruturada, aplicado a três pedagogos. A entrevista foi utilizada para a coleta de dados a partir da aplicação de um questionário previamente estabelecido (anexo nº 1). Assim, entende-se a entrevista estruturada de forma que, “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 2008, p. 1123).

Os sujeitos

Os principais sujeitos da pesquisa sou eu mesma, pois apresento a minha práxis pedagógica desenvolvida com o GENPEX a partir da minha vivência na Unidade de Semiliberdade e trago minhas transformações e aprendizados nesse processo como fator indispensável a minha formação como pedagoga.

Também são sujeitos principais desse trabalho os adolescentes da Unidade de Semiliberdade. É impossível definir um perfil dos adolescentes visto a particularidade e a singularidade de cada um. Entretanto existem algumas características comuns que devem ser ressaltadas. A idade dos adolescentes é de 12 a 19 anos e o grau de escolaridade esta entre o primeiro ciclo do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, sendo que a maioria cursa o Ensino Fundamental e alguns nem mesmo estão estudando.

Os participantes da pesquisa qualitativa são três pedagogos escolhidos em razão do tempo de formação profissional - pouco, médio e longo tempo de formação. Esse critério de seleção foi utilizado pois, abrange profissionais com visões diferentes tanto em razão da

experiência que possuem, quanto em função da mudança nas exigências do mercado de trabalho pelas mudanças sociais.

Para a preservação da identidade dos atores envolvidos foi utilizado letras maiúsculas para nomear o sujeito. O perfil dos pedagogos entrevistados é bem diversificado, o que enriqueceu a pesquisa pela diversidade das experiências. O pedagogo X tem 22 anos, é recém-formado e não exerce a sua profissão. O pedagogo Y tem 34 anos, é formado desde 2000 e trabalha na Secretaria da Criança e do Adolescente/ Unidade de Medida Socioeducativa em Semiliberdade. Já o pedagogo Z tem 42 anos, é formado desde 1995 e atualmente é supervisor educacional do Colégio Dom Bosco de Brasília.

Objetivo Geral

Refletir, a partir da minha experiência pedagógica com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, sobre a necessidade de vivência prática durante a formação pedagógica do educador.

Objetivos Específicos

- Investigar o que diz as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia sobre a atuação do Pedagogo em ambientes prisionais ou de semiliberdade.
- Descrever o acompanhamento e encaminhamento do Grupo GENPEX, aos estudantes de pedagogia, especialmente os que atuam na Unidade de Semiliberdade com adolescentes em conflito com a lei;
- Demonstrar com minha própria experiência, a importância da prática-teoria na minha formação de pedagoga: Conhecer as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como leis (Lei 12594, de 18/01/2012 – SINASE) que regem o ordenamento jurídico brasileiro no que tange a medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes;
- Verificar quais as funções do pedagogo(a) dentro de uma Unidade de Semiliberdade, à luz do ECA;
- Apresentar a minha prática pedagógica desenvolvida junto com o GENPEX em uma Unidade de Semiliberdade, bem como minha vivência e transformações nessa experiência.

CAPÍTULO I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Currículo do Curso de Pedagogia e a formação do Educador para atuar (nos vários seguimentos que a educação de hoje exige) com crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

1.1 A lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Currículo do Curso de Pedagogia

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, e em consonância com o seu artigo 64, o curso, agora, de licenciatura em Pedagogia, tornou-se habilitação plena, ou seja, os profissionais da educação seriam formados para a atuação em diferentes áreas da educação, entre elas administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia-licenciatura, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, a docência é compreendida como uma ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído com relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Por isso, o pedagogo deve estar apto a trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, segundo a mesma resolução.

Entre outras aptidões esperadas está a identificação de problemas socioculturais educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face das realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras. Isso para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Para verificar se essas bases comuns a qualificação dos profissionais da educação estão sendo executadas foi feita uma breve análise do currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O quadro abaixo é composto pelas disciplinas obrigatórias e pelo semestre em que essas são ofertadas.

Oferta por Semestre	Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária/ Créditos
1º	Antropologia e Educação	004
1º	Projeto 1 – Orientação Acadêmica Introdução	004
1º	Perspectiva do Desenvolvimento Humano	004
2º	História da Educação	004
2º	O Educando com Necessidades Educacionais Especiais	004
2º	Pesquisa em Educação	004
2º	Organização da Educação Brasileira	004
2º	Projeto 2 – Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão	004
3º	Psicologia da Educação	004
3º	Ensino e Aprendizagem da Língua Materna	004
3º	Ensino de Ciência e Tecnologia 1	004
3º	Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE	004
4º	Sociologia na Educação	004
4º	Orientação Educacional	004
4º	Didática Fundamental	004
4º	Educação Matemática 1	004
5º	História da Educação Brasileira	004
5º	Processos de Alfabetização	004
5º	Administração das Organizações Educativas	004
6º	Educação em Geografia	004
6º	Políticas Públicas na Educação	004
6º	Orientação Vocacional Profissional	004
7º	Filosofia da Educação	004
7º	Ensino de História, Identidade e Cidadania	004
8º	Avaliação das Organizações Educativas	004
*	Projeto 3 – Projetos Individualizados 1	006
*	Projeto 3 – Projetos Individualizados 2	006
*	Projeto 4 – Projetos Individualizados de Prática Docente 1	008
*	Projeto 4 - Projetos Individualizados de Prática Docente 2	008

*	Projeto 5 – Trabalho Final de Curso	008
---	-------------------------------------	-----

*Não são Ofertados em um semestre determinado, o discente que escolhe de acordo com as disponibilidades da sua grade horária e interesse.

De acordo com a tabela acima é possível verificar que as disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia da UnB compõem um total de 136 créditos, sendo que para obtenção da habilitação em pedagogia são necessários a aquisição de 214 créditos durante a formação. Assim, as disciplinas que compõem os 78 créditos complementares são optativas e escolhidas pelo aluno.

Fazendo uma breve análise do currículo do curso de pedagogia o primeiro ponto a ser destacado é que a maioria das disciplinas e dos conteúdos abordados no curso são voltados ao ambiente escolar. Mesmo em disciplinas que possuem o potencial de abordar outros ambientes pedagógicos, isso não tem ocorrido.

A disciplina Organização da Educação Brasileira, onde são estudadas as Leis da Educação, é um ótimo espaço para aprender sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa lei que regulamenta o direito das crianças e dos adolescentes que cometeram ato infracional, fornecendo diretrizes para a ressocialização desses sujeitos. Entretanto o foco da disciplina está na educação em espaços escolares. Isso pode ser percebido a partir da ementa da disciplina retirada do site da Universidade de Brasília

Ementa¹: Organização da Educação Brasileira na contemporaneidade: inter-relações economia-política-cultura. Legislação de ensino: Constituição Federal, lei de diretrizes e bases da educação nacional, plano nacional de educação e/ou plano decenal de educação e/ou plano de desenvolvimento da educação. O sistema educacional brasileiro aspectos formais: níveis e modalidades de ensino; federalismo no ensino - responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; gestão democrática; financiamento; formação de profissionais da educação.

Outra disciplina, por exemplo, que cabe muito além da aprendizagem em ambiente escolar é a Administração das Organizações Educativas. O próprio nome já diz, Organizações Educativas, é muito mais amplo que um espaço escolar. Ao analisar a ementa dessa disciplina

¹A Ementa da disciplina foi retirada do site disponível em:
<<https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194221>> Acesso em 27 de setembro de 2012.

verifica-se que essa já é mais ampla, não restringe os espaços educativos. Porém, o foco está sempre voltado para a escola. E isso é verificado ao cursar a disciplina. Como trabalho final da disciplina é proposto o desenvolvimento de uma atividade em que sejamos gestores de uma organização educativa elaborando um projeto educativo que envolva a todos os integrantes da comunidade, a partir dos problemas detectados. Entretanto a organização era a mesma para toda a turma: uma escola formal.

A ementa da disciplina aborda os seguintes tópicos: As organizações como constructo social/político: os atores, as estratégias e as relações de poder; finalidades; trabalho, comportamentos, tecnologia e racionalidade instituição, cultura e clima organizacional. A natureza do processo educativo enquanto interação de sujeitos. A constituição histórica das organizações educativas e os desafios a uma gestão democrática. Administração: funções básicas (demanda, projeto pedagógico, pessoal, recursos físicos e financeiros) e processos de trabalho (planejamento/decisão; acompanhamento; avaliação)².

Não que seja necessário mudar o foco das disciplinas do curso. Mas o que precisa ficar claro é a necessidade haver uma prática para atingir o que se espera, no caso um educador para atender a qualquer realidade a ele exposta. Segundo Ferreira, “O educador é forjado na práxis. É no exercício da práxis com sujeitos humanos que essa educadora ou educador se conhece/reconhece”. (Ferreira, 2009, p.25)

É necessário que durante o período universitário os discentes participem da construção e mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em toda a dimensão sócio-política- educacional e assim, o educador estará sendo formado com condições e recursos para que seja capaz de intervir em situações-problemas, em uma realidade a ele exposta, na busca da transformação da realidade.

É preciso que a função social da instituição acadêmica esteja focada em formar um educador pleno, um educador humano, sensível à realidade que está a sua volta, para que este tenha condições de contribuir social e educativamente, independente do ambiente educativo no qual esteja inserido.

² A Ementa da disciplina foi retirada do site disponível em:<<https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194280>>Acesso em 27 de setembro de 2012.

Segundo Paulo Freire, educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o seu papel na História. Nós (estudantes de pedagogia) precisamos nos reconhecer enquanto educadores e seres sociais engajados na busca da transformação da realidade. Precisamos nos comprometer e fornecer as bases para a construção/formação de alunos e pessoas que se conheçam e se reconheçam enquanto cidadãos conscientes de seus papéis na sociedade. E para isso precisamos compreender este objetivo amplo da educação que vai além de aprender a ler e escrever. Precisamos estabelecer contato com o outro, nos relacionar com ele para assim descobrirmos as verdadeiras necessidades (tanto pedagógicas, quanto pessoais) e sermos pedagogos ativos na construção de um conhecimento significativo, que faça diferença no processo educativo e na vida. Nesse momento lembro-me das palavras do professor Renato Hilário, baseado nas relações de poder foucaultiniana:

Quando o sujeito adquire e produz saber (sujeito epistemológico), ele adquire poder. E ao exercer poder, ele também adquire e produz saber. Produzir saber é produzir poder. E ao exercer poder, se produz e adquire saber. Poder e saber radicados em uma sociedade concreta.

(Reis, 2000, p. 45)

Precisamos produzir esse saber que adquire poder e exercer o poder que adquire e produz saber. Precisamos ser educadores ativos nesse processo de construção do saber e do poder. Portanto, é preciso que os estudantes de pedagogia sejam estimulados, é preciso que seja oferecida condições para que as aprendizagens ocorram de forma a contribuir para o desenvolvimento das capacidades e das relações sociais e culturais. É preciso que haja a práxis educativa, o contato com o outro, a troca de experiências e o contato com a realidade.

Com o novo currículo de pedagogia, baseado nas Diretrizes Curriculares, espera-se um novo perfil de educador, um educador apto a desenvolver trabalhos pedagógicos em vários ambientes educativos, um educador sensível à percepção de problemas socioculturais e engajado na busca da transformação da realidade. Porém, as bases fornecidas para a preparação desse educador esperado tem sido falha, como se percebe ao analisar as disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

1.2 GENPEX- Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais da FE-UnB, um grupo que tem a práxis educativa como base de todo aprendizado.

É possível afirmar que a grande maioria dos educadores adocidos nas salas de aulas saiu de um curso de Pedagogia cheio de teoria. Frequentaram apenas algumas horas de estágio observado para contemplar a carga curricular, sem ter conhecimento algum da realidade que o esperava lá fora. Muitas pesquisas³ já demonstraram isso. Principalmente se depois de concursados são lotados em hospitais, prisões, sistemas de semiliberdade, asilos entre outros.

Faz-se necessário a inserção dos profissionais da educação, durante a sua formação, de forma real e concreta, em lócus sociais, onde haja demanda de pedagogo (a). Só assim, no exercício da práxis, esse profissional será realmente formado.

E é no contexto dessa real necessidade que o GENPEX-Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais da FE-UnB, fundado a mais de 20 anos na Faculdade de Educação na Universidade de Brasília, se propõe a acompanhar e dar os encaminhamentos que levam os estudantes a se inserirem de verdade na práxis pedagógica/acadêmica.

Segundo documento base do grupo:

A Universidade é um “*lócus*” do processo formativo, da produção do saber e do exercício do poder, em função ou não da manutenção do “*status quo*”.[...] A Universidade pode desenvolver com sua organização acadêmica, o que pensam, fazem, sentem seus educandas (os), educadores (as), servidores (as) e dirigentes, uma motivação favorável à transformação da ordem vigente. Ela pode desencadear um processo diferente (ensino, pesquisa e extensão) que vá ao encontro da construção de uma Civilização, de Seres Humanos e de uma Sociedade, ancorados em relações amorizantes/amorizadoras, em que se preserve a sobrevivência da espécie humana, do planeta e ajude a transformar a ordem vigente, a começar das microrrelações.

(GENPEX, 2010 p. 6-7)

³ Dados retirados de uma Dissertação de Mestrado. Referência: BARROSO, Betania Oliveira. **Para além do sofrimento: Uma possibilidade de Re-significação do Mal- Estar Docente**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Assim, o GENPEX entende a prática educativa como um ato indispensável à formação de um pedagogo educador consciente de seus papéis e deveres em sociedade, onde a relação e o contato estabelecido com o outro é a base para a construção de um processo educativo real, concreto e significativo para todos os envolvidos no processo. Quando essa prática educativa é construída de forma significativa para todos há uma aprendizagem efetiva, onde a aquisição do saber produz o poder. Poder de libertação, de transformação. O documento base do grupo enfatiza que:

A questão essencial não é saber, se a educação é formal, não formal, informal, popular, à distância etc. Toda educação só se dá presencialmente, ou seja, sem distância entre você e a (o) outra (o) e vice-versa. Enfim, sem distância e distanciamento entre todos nós, no movimento recíproco de acolher ao (a) outro (a) e ao mesmo tempo ser acolhido (a) pelo (a) outro (a). Perto ou longe, física e geograficamente, pode corresponder estar longe ou perto do (a) outro (a), no sentimento que muito se tem por, com e no coração.

(GENPEX, 2010, P. 8)

Para a construção de uma prática educativa real e efetiva é necessário estabelecer contato com o outro, é necessária disposição para compreender as suas necessidades e anseios. E para isso é preciso que o muro do egoísmo, da falta de amor, da falta de comprometimento com o outro e com a sociedade (de um modo geral) acabe. É fundamental estabelecer uma relação com o outro. É indispensável que os envolvidos estejam dispostos a se doar, a construir um relacionamento onde eu conheço e aprendo com o outro e sobre o outro e juntos, numa relação dialética, há troca de experiências e saberes, construção de saberes e aquisição de poder.

CAPÍTULO II. Conhecendo melhor as medidas sócio-educativas aplicadas a adolescente em conflito com a lei a partir das leis que regem o ordenamento jurídico brasileiro

Nenhuma legislação deveria ser utilizada como fim, mas como um dos meios para que todos se realizem como seres humanos (...) o estatuto somente será entendido, quando os argumentos partirem de pessoas movidas pelo interesse sincero do bem-estar da criança e do adolescente.

(Caro e Guzzo, 2004, p. 57)

2.1 As determinações do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA

Sendo a adolescência uma fase tão importante do desenvolvimento humano, onde valores estão sendo firmados e o sujeito está constituindo-se com toda a sua subjetividade é fundamental que ele viva e participe das relações sociais, culturais e históricas. Para isso, é indispensável que sejam fornecidas condições sociais adequadas para que todos os direitos a eles atribuídos sejam efetivados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA reconhecendo o adolescente como uma pessoa em desenvolvimento dispõe sobre a responsabilidade tanto do Estado, quanto da Sociedade Civil em assegurar a criança e adolescente oportunidade de desenvolvimento e para aqueles que cometem atos infracionais, reconstrução de seu projeto de vida.

Um ato infracional, segundo o ECA, é uma “conduta descrita como um crime ou contravenção penal”, (ECA, ART. 103). Como os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ou seja, não podem sofrer condenações penais, pois no momento do crime não eram inteiramente capazes de entender o fato cometido, poderá ser aplicada aos adolescentes, de acordo com o artigo 112, as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º - A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º - Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º - Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Segundo o ECA o objetivo da medida de inserção em regime de Semiliberdade é a ressocialização do adolescente. Essa medida pode ser determinada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto e não comporta prazo determinado. Então é incumbido ao orientador, principalmente ao pedagogo, promover socialmente o adolescente e sua família, dando-lhes orientação e inserindo-os em programas comunitários. Também é trabalho do pedagogo supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula. Além de esforçar-se para que o adolescente estude e conclua sua formação básica o pedagogo deve trabalhar e empenhar-se para que o adolescente seja profissionalizado e inserido no mercado de trabalho. Para isso deve ser utilizados sempre que possível os recursos da comunidade. Em todo o tempo o pedagogo deve estar acompanhando, orientando e auxiliando o adolescente. Ao longo da permanência do adolescente na unidade de semiliberdade o pedagogo deve apresentar relatório de caso.

Um adolescente só é privado de sua liberdade quando pego em flagrante de ato infracional sendo levado a delegacia da criança e do adolescente onde é determinado o regime de semiliberdade ou a internação provisória, podendo permanecer pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias até ser determinada a sentença, segundo os artigos 106 e 108 do ECA.

2.2 Normas gerais de controle e execução das medidas socioeducativas.

No ano de 2011 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) a proposta de resolução conjunta CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Condege e

CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) que dispõe sobre normas gerais de controle e execução das medidas socioeducativas.

Esta disposição tem por objetivo facilitar o trabalho do poder judiciário e favorecer a organização e a individualização das medidas socioeducativas aplicadas, visto a falta de uniformidade nos procedimentos em vários Estados da federação, o que dificulta o acompanhamento das medidas aplicadas.

A resolução trata do ingresso do adolescente em unidades de internação ou semiliberdade, da execução da medida socioeducativa de internação ou semiliberdade, da internação provisória, da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e algumas disposições gerais.

Segundo a Resolução, O adolescente somente ingressará em unidade de internação ou semiliberdade para cumprir a medida socioeducativa destinada a ele mediante a apresentação de Guia de Execução, expedida e instruída pelo Juiz de conhecimento, e independente do número de adolescentes que são partes no processo de apuração de ato infracional e da espécie de medida socioeducativa imputada a cada um deles, é expedida uma Guia de execução para cada adolescente, seguindo modelo único. Cada Guia deve ser acompanhada por outros documentos, entre eles o de identificação pessoal do adolescente.

O Art. 15, trata das disposições gerais, e em seu paragrafo único dispõe que a política municipal socioeducativa deve contemplar dentre outras:

I - Ações de prevenção, incluindo:

- Orientação relativa ao uso/abuso de substâncias psicoativas;
- Programas de combate à evasão escolar;
- Programas e serviços de orientação e apoios a famílias.

II- ações e programas de proteção, incluindo:

- Tratamento para drogadição, em regime ambulatorial e hospitalar;
- Avaliação e orientação psicológica;
- Tratamento psicológico e psiquiátrico;
- Atividades de contraturno escolar;
- Atividades, culturais, desportivas e recreativas;

- Cursos profissionalizantes e programas de aprendizagem.

III- programas socioeducativos em meio aberto;

IV- programas e serviços destinados ao atendimento dos egressos das medidas privativas de liberdade e seus pais/responsáveis legais.

2.3 Lei N° 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo começa como um documento, uma resolução, que se constituiu como um guia na implementação das medidas socioeducativas, sustentado nos direitos humanos e com bases éticas e pedagógicas. Foi publicado pela primeira vez em 2006 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Agora em 2012, mas especificamente no dia 18 de janeiro, é sancionada a Lei 12.594/2012, instituindo o SINASE e regulamentando a execução das medidas socioeducativas e programas que atendem a adolescentes que cometeram ato infracional.

Segundo a Resolução N.º 119, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o SINASE, o mesmo é definido como:

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

(Resolução N° 119, 2006, Art. 3º).

Como o ECA está mais no plano jurídico e político conceitual, O SINASE constitui-se como um guia, (mais próximo da realidade concreta ocorrente, dentro da semiliberdade) e vai implementar as medidas socioeducativas, chegando diretamente aos seus destinatários.

Em seu documento o SINASE trata dos Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo entendendo que:

(...) para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao

adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos.

(SINASE, 2006, p.46)

As unidades de atendimento e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem fundamentar-se, segundo o SINASE, nas seguintes diretrizes:

- prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios;
- Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo (todo programa deve ter, obrigatoriamente, um projeto pedagógico);
- Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas (apreende a realidade para chegar a esfera crítica da realidade – sujeito consciente);
- Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa (deve-se levar em conta as potencialidades do adolescentes, sua subjetividade, suas capacidades e limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento);
- Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;
- Diretividade no processo socioeducativo (autoridade competente diferente de autoritarismo);
- Diretividade no processo socioeducativo (instrumento norteador do sucesso pedagógico);
- Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional;
- Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
- Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;

- Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
- Formação continuada dos atores sociais.

2.4 Conclusão

Após a verificação de todas as leis expostas acima sobre as medidas socioeducativas é nítido perceber a particularidade do trabalho que deve ser desenvolvido pelo pedagogo para atingir o que se espera: a ressocialização da criança e do adolescente que cometem um ato infracional. É fundamental ver as medidas socioeducativas por uma ótica que inclua o pedagogo, porque o ECA nós dá o dever de fazer o adolescente refletir sobre o seu ato e responsabiliza-lo, o que é fundamental para a ressocialização e o convívio em sociedade, pois o adolescente percebe o seu papel em sociedade . Volpi considera que:

[...] é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social.

(VOLPI, 2001, p. 66)

CAPÍTULO III: A MINHA EXPERIÊNCIA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM UMA UNIDADE DE SEMILIBERDADE

Durante o 2º semestre de 2011, enquanto eu cursava a disciplina Educação de Adultos, por meio da professora Nirce, conheci o GENPEX e o trabalho desenvolvido em uma unidade de semiliberdade. Nas nossas aulas a professora, juntamente com duas integrantes do grupo, sempre contava das experiências lá vividas. E foi então, que minha ficha caiu e percebi que estava prestes a me formar e que durante toda a minha formação nunca tinha tido uma experiência assim, uma prática com sujeitos reais e concretos. Estava muito empolgada! Precisava conhecer essa educação que a professora tanto falava. E foi assim que entrei para o GENPEX e comecei a participar dos encontros na Unidade de Semiliberdade.

A Unidade possuiu uma média de 30 adolescentes. Não há um número exato porque como a evasão é grande e toda semana chegam novos adolescentes há uma rotatividade muito grande. Grande parte não trabalha porque além de não conseguirem emprego pelo preconceito de estarem cumprindo medidas socioeducativas, a maioria acha não valer a pena trabalhar duro para ganhar pouco enquanto na venda de drogas, por exemplo, eles trabalham bem menos e ganham muito mais.

O espaço físico da Unidade apesar de ser de tamanho razoável, não me parece confortável, acolhedor e amoroso. São dois prédios velhos que o estado reaproveita, sem grandes reformas necessárias, e também não são no mesmo lote, sendo um de frente para o outro. Em um prédio é a área de lazer, que não é estruturada para atender a necessidade de adolescentes, possui uma quadra de futebol e uma mesa de ping-pong em estado precário. No outro prédio é a casa dos meninos. A sala de TV, que já foi em gestões passadas acolhedora, decoradas com sofás e cortinas, hoje é composta por bancos de alvenaria em cimento, mantendo um aspecto frio e prisional. Os banheiros são razoáveis, assim como os quartos de dormir. Bem localizada dentro da cidade, deixa a desejar quanto a ser construída em um projeto de uma casa e decorada como um lar de sujeitos que precisam estar em ambiente acolhedor e pelo menos, aparentemente familiar. Por não ser um ambiente que ofereça um projeto esportivo, cultural e profissional contínuo, é possível perceber a apatia e angústia vivida pela maioria dos adolescentes que vivem em um ambiente onde não tem o que fazer durante seu tempo de permanência no local.

Lembro-me do primeiro encontro em que participei e consigo até sentir o frio na barriga contínuo. As meninas (integrantes do grupo e colegas da disciplina Educação de Adultos sempre contavam que a primeira vez que foram à casa sentiram muito medo e que tinham muito preconceito, mas que quando conheceram a Unidade e os meninos foram desfeitos todas as visões erradas, que todos eram sempre muito receptivos e amorosos. Por isso, fui completamente aberta, muito ansiosa e sem nenhum receio.

Chegando lá, deparo-me com uma realidade completamente diferente de todas as que eu já havia tido contato. E pra falar a verdade fiquei completamente perdida, sem saber o que fazer, o que falar, como me comportar. A cada novo encontro era uma surpresa, uma nova aprendizagem daquela realidade e uma busca por me integrar e me sentir participante daquele ambiente, daquela realidade. E então, lembro, mais uma vez, das contribuições de Freire:

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra". Se, de um lado, não posso me adaptar ou me "converter" ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro, não posso, se realmente progressista, impôr-lhes arrogantemente o meu saber como o verdadeiro.

(Freire, 1996, p. 32)

Nos nossos encontros sempre desenvolvíamos alguma atividade que fizesse os meninos refletirem sobre suas realidades, sobre os seus papéis sociais e individuais, tentando construir com eles a possibilidade de caminhos diferentes, apresentar oportunidades diferentes. Filmes, dinâmicas, vídeos, músicas, várias atividades pedagógicas desenvolvidas com o mesmo objetivo de reflexão. Porém, após cada atividade desenvolvida sempre voltamos para a atividade básica de todo encontro: o diálogo.

A conversa, sempre foi a base de todo o nosso trabalho. O nosso objetivo era muito mais ouvir, do que sermos ouvidos. E quanto aprendemos sobre os meninos e suas vivências, e claro sobre toda essa realidade da semiliberdade. Freire (1996) traz a sua participação sobre a importância do diálogo:

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando

a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos.

(Freire, 1996, p. 32)

Em nossas conversas alguns pontos sempre eram muito enfatizados por eles como, por exemplo, o desprazer de ir à escola, a falta de preparação dos professores, o preconceito da sociedade de um modo geral, mas principalmente dentro da escola, com colegas e professores, a dificuldade tanto de arrumar emprego quanto de trabalhar. A falta do que fazer na casa, a ociosidade.

Só de falar em escola para os meninos sempre era uma chatice. Primeiro porque a maioria não gostava de estudar, eles achavam os professores descompromissados, preconceituosos, desinteressados. Muitos tinham parado de estudar e se sentiam desanimados para voltar, uns falavam que já estavam velhos, porque pararam na 4ª série, por exemplo, e já estavam com 18 anos, e grande parte não via sentido em estudar por falta de perspectiva mesmo. Eles sempre reclamavam do preconceito vivido dentro da escola e de toda exclusão por parte dos professores, e das pessoas de modo geral.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA é obrigatório à escolarização para os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, e a Unidade de Semiliberdade, mais especificamente o pedagogo, é responsável por promover suas matrículas. Então, o que se percebe é que se há meninos na unidade que não estão frequentando a escola, e que isso acontece porque as obrigações legais não tem sido cumpridas. E que mesmo os que estão na escola, esta também não tem cumprido com suas funções sociais e nem os professores com seus deveres pedagógicos. Afinal esse não seria um ótimo espaço para demonstrar as aptidões pedagógicas esperadas pelas diretrizes curriculares, a partir desses problemas socioculturais e educacionais contribuir para a superação de exclusões sociais, culturais e outras, garantindo a educação com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos?

Os profissionais que estão tendo contato com esses adolescentes precisam aproveitar esse tempo e desenvolverem os seus trabalhos de modo efetivo buscando de fato a ressocialização desses meninos e a inclusão social. Precisam trilhar caminhos diferentes em busca do sucesso, assumir posições diferentes, em vez de serem mais uma parte que promovem a exclusão, que dizem o que é certo e como é o certo, fazerem esses meninos chegarem a esse conhecimento desejado e a essa compreensão por eles mesmos. Freire diz:

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a intelegibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado.

(Freire, 1996, p.17)

Guiraud e Rocha afirmam que a principal tarefa dos programas de semiliberdade é que a partir de uma proposta educativa construída coletivamente, baseada em um sólido referencial teórico- prático, o processo educativo tenha como uma de suas bases “o direito à inserção social (real e não apenas um simulacro), onde receberá, com o apoio de todos os educadores e supervisão da equipe técnica multidisciplinar, escolarização e profissionalização.”, com o objetivo de:

Chegar a um momento em que o adolescente viva a sua liberdade (ainda que, inicialmente, parcialmente restrita) com a necessária responsabilidade pessoal (construída a partir de sua reflexão cotidiana sobre as normas de convívio social e as consequências de suas própria sanções) é o desafio maior que a proposta educativa dos programas de semiliberdade deve descobrir como superar em todas as etapas, desde a recepção do adolescente, passando pelas experiências propiciadas na entidade executora e nas atividades externas, pela gradual reinserção (quando possível) na família natural até, enfim, o seu desligamento(sempre complementado por um processo de acompanhamento de média ou, se necessário, longa duração).

(Guiraud e Rocha, não datado, p.2)

O ECA dispõe sobre a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho a partir dos cursos profissionalizantes e programas de aprendizagem, previsto pelas normas gerais de controle e execução das medidas socioeducativas, porém a maioria dos meninos não trabalham, uns reclamam do preconceito em arrumar trabalho e a grande maioria relatava achar muito difícil trabalhar. Diziam que é muito mais fácil e lucrativo roubar e vender drogas, por exemplo, do que passar o dia todo trabalhando para no final ganhar uma mixaria.

Falando um pouco mais sobre as queixas dos meninos em nossas conversas, algo que era sempre frequente era a exclusão dentro da própria unidade. Mas uma das funções da Unidade de Semiliberdade não é propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de exclusão? Porém, ali a maioria das vezes é apenas mais um

espaço que eles se sentem rejeitados, excluídos e como mais um lugar para serem punidos. O espaço para superação de exclusão, ressignificação de valores e formação de valores para a participação na vida social não tem sido usufruído, não em sua grande maioria e com sua dimensão ético-pedagógica.

Percebo que o que tem faltado aos funcionários que estão ali, desenvolvendo todo o trabalho de ressocialização com os meninos é a falta de convicção, fé e esperança de que mudar é possível. Segundo Freire (1996, p.32) *“É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica...”* e ele ainda complementa dizendo que isso é independente do projeto que nos comprometemos.

3.1 Meus aprendizados e transformações

Durante as nossas idas a Unidade aprendi algo que é essencial a minha formação enquanto pedagoga: planejamento. Não um planejamento a priori, feito com o rigor teorias, mas um planejamento discutido coletivamente com educandos, seja em qualquer espaço em que eu esteja atuando.

A cada inserção que fazíamos na casa percebíamos a necessidade de planejar com os adolescentes a nossa ida e ter pelo menos duas opções a mais de atividades a serem desenvolvidas com os meninos, isso em cada encontro. Começamos a fazer esse planejamento e nos encontramos depois da inserção educativa na unidade para discutir sobre o encontro e sobre os objetivos alcançados e o que podia ser melhorado. Sem dúvida esse foi um dos meus grandes aprendizados. Aprendi que quando estou exercendo a práxis, ou seja, atuando, intervindo, transformando, construindo é quando estou sendo formada e aperfeiçoada, tanto pedagogicamente quanto pessoalmente. Creio que essa definição de práxis esta de acordo com a de Ferreira (2009):

O conceito de práxis a que me refiro é o mesmo usado por Marx na XI tese sobre Feuerbach, onde diz: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1963, p. 208). Eu só consigo transformar o mundo sempre que faço a minha parte. Agindo, atuando, participando da construção do universo em que estou inserida.

(FERREIRA, 2009, p. 25)

Posso afirmar que esta experiência-ação em que estive inserida, faz toda a diferença na minha formação como educadora. Me faz sentir preparada para demandas futuras que se apresentarem no meu caminho. Aqui aprendi a escutar, e sentir prazer em escutar. Aprendi a me doar, e sentir prazer em me doar. Aprendi a abraçar, e sentir prazer em abraçar. Aprendi que participação e envolvimento remetem a uma práxis efetiva, e aprendi a sentir prazer na práxis. Aprendi a amar o desconhecido, e sentir prazer em amar o desconhecido. Aprendi a ter fé, esperança e acreditar, e para isso aprendi a esperar e ter consciência da minha participação e do fruto do meu envolvimento. Aprendi que a educação tem poder de mudar o mundo, que é por meio de nós que isso acontece, e que um dia veremos e viveremos nesse mundo sonhado e esperado por nós. Sem nunca desistirmos da educação e principalmente de nós mesmos e de todos os seres humanos que compõem esse mundo.

Com todos esses aprendizados de sentimentos e ações que me aperfeiçoam como um sujeito mais humano, estou sendo transformada pela educação nas várias relações sociais que estabeleço para além da práxis educativa em ambientes formais. Todas essas atitudes e comportamentos têm refletido na minha vida familiar, na minha vida como cristã, e na minha vida enquanto sujeito social. E assim, aprendi a sentir prazer na minha colaboração e participação na construção desse mundo, onde as minhas atitudes refletem e influenciam, pois me encontrei como participante ativa nesse processo.

A grande chave de todo esse aprendizado foi a minha atuação. Durante todo o curso de pedagogia eu fui bombardeada com teorias e mais teorias definindo como deve ser a prática. Enquanto aqui no GENPEX, juntamente com a minha participação na Unidade de Semiliberdade eu aprendi o que é a práxis mediada pela teoria. Nesse um semestre e meio fui mais ativa e participante, vivenciando a práxis educativa, do que durante os seis semestres anteriores do curso. Então eu fui vivendo e construindo a minha práxis mediada pelas teorias do ECA, do SINASE, das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, e com a experiência de mestres da educação como Paulo Freire, Renato Hilário, entre outros autores citados ao longo desse trabalho. Sem dúvidas a minha maior transformação foi, a partir de todo esse processo, me encontrar como uma educadora, porque antes não me achava capaz de exercer a práxis pedagógica.

3.2 Transformações e aprendizados dos adolescentes durante o meu período de vivências na unidade de semiliberdade

Durante o meu tempo de vivências na Unidade de Semiliberdade é possível perceber como a participação do GENPEX tem influenciado os adolescentes e a unidade como um todo, e que mesmo tendo uma rotatividade muito grande dos adolescentes que estão ali (toda semana muitos saem e chegam novos), muitas ações nossas já ficaram marcadas.

Durante esses quase dois semestres de participação só dois meninos permaneceram todo esse tempo. Toda semana o nosso desafio era grande pois ao mesmo tempo que tínhamos que iniciar o trabalho com aqueles que estavam ingressando na casa, tínhamos que continuar o que já havíamos começado com que estavam lá na semana anterior.

Lembro-me do primeiro semestre que comecei a participar e como sempre tínhamos que ficar chamando os meninos para ir ao nosso encontro. Eles nunca foram obrigados a participar, mas sempre tínhamos que ficar convidando várias vezes. E era muito difícil competir com o futebol e com o ping-pong. Porém, já no meu segundo semestre de participação percebi a diferença do interesse deles em participar conosco dos nossos encontros. Quando chegamos eles já vão ao nosso encontro, não precisamos ficar fazendo vários apelos e convites. Sem falar que o número de meninos que participam cresceu bastante. Nas minhas primeiras intervenções lembro-me de ficar com uns cinco meninos participando e já nas últimas chega a uns vinte adolescentes. E se eles não são obrigados a participarem, mas sim participam por seu próprio interesse, é porque estão encontrando no GENPEX um espaço diferenciado e nosso trabalho está dando os frutos esperados por nós, porque mesmo com a rotatividade grande de toda semana o nosso trabalho se tornou sólido ali, e eles vão passando uns para os outros sobre aquele espaço que construímos ali.

Outra grande mudança foi o abraço. Ao final de todo encontro sempre fazemos um abraço coletivo, uma grande roda onde todos se abraçam e cada um fala o que ficou do encontro e no final todos se abraçam individualmente (marca do GENPEX. Acontece em qualquer encontro realizado pelo GENPEX). No início a resistência era muito grande. Eles não se abraçavam nem para formar a roda coletiva, quem diria individualmente. Mas já no meu segundo semestre de participação é nítido como eles se apropriaram do abraço como um momento gostoso e único do nosso encontro. Eles não tinham mais preconceitos, nem vergonha. Todos se abraçam coletivamente, e muitos já se abraçavam individualmente.

Lembro-me de um dos nossos encontros em que estávamos muito atrasados para ir embora. E que nos despedíamos deles com pressa, e de repente um lembrou: “e o abraço?”. Aquela tinha sido a confirmação de mais uma conquista que havíamos conseguindo. Muitos podem até pensar, um simples abraço ser considerada uma conquista tão grande? Mas não era um simples abraço. Era a confirmação da superação do preconceito existente entre eles, da superação da exclusão existente entre eles e da superação do desrespeito. Era um momento em que eles se encontravam como iguais, todos no mesmo patamar.

Outra grande transformação e aprendizado foi referente a participação e o envolvimento dos meninos nos nossos encontros. Para nós, o GENPEX, os nossos encontros e inserções só tem sentido com a participação de todos os envolvidos no processo, é partir da participação que construímos, juntos, a nossa práxis educativa. E pela falta de participação dos meninos no início sentimos grande dificuldade de produzir, construir e desenvolver os trabalhos com eles. Porém a evolução foi grande e em pouco tempo eles começaram a participar de forma efetiva. No começo eles mal conseguiam falar seus nomes e idades. Sempre quando íamos para o nosso momento de conversa e reflexão imploramos para eles falarem, se manifestarem e nada. Só nós (os integrantes do GENPEX) falávamos. Mas com o tempo fomos construindo juntos aquele espaço de uma forma tão gostosa, que eles foram se soltando e se apropriando daquele espaço sem ter medo de falar, vergonha de se expor, e a partir do que íamos construindo, juntos, eles perceberam que aquele não era mais um espaço de exclusão, mas sim de libertação, de transformação.

CAPÍTULO IV. ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM PEDAGOGOS

A título de informação o questionário submetido aos sujeitos de pesquisa entrevistados pode ser encontrado no anexo N° 1.

4.1 Análise das entrevistas

4.1.1. O pedagogo X

O pedagogo X tem 22 anos, está se formando esse semestre pela Universidade de Brasília – UnB. Atualmente trabalha na empresa Ponto dos Concursos, e não exerce a prática pedagógica. Para ele educação transformadora (transcrição na íntegra) *“é aquela que visa não apenas transmitir conteúdos novos, mas que faça com que eles sejam usados na transformação da vida de quem aprende, incluindo aspectos financeiros, políticos e ideológicos”*. Ele declara que sua formação foi falha pois *“faltou tudo. Além de não ter me preparado para isso, acredito que o curso é muito falho. Trabalha ideologias e esquece da prática, que é na verdade a situação encontrada pelo pedagogo.”*

No período da sua formação esteve inserido durante um semestre apenas em um projeto social que oferecia aulas extracurriculares a alunos carentes. E para ele fez muita diferença para a sua formação esta inserção neste espaço educativo porque foi o único contato direto que ele teve com educandos, foi a única prática pedagógica. Relata que em momento algum de sua formação foi abordado a atuação do pedagogo no sistema prisional, ou afins, e que por não haver base para isso ele não se sente preparado para atuar no sistema de semiliberdade.

4.1.2 O Pedagogo Y

O pedagogo Y tem 34 anos e é formado há 12 anos pela Universidade de Brasília – UnB. Atualmente trabalha na Secretaria da Criança e do Adolescente/ Unidade de Medida Socioeducativa em Semiliberdade. Entende por educação transformadora *“aquela em que o sujeito deixa de ser passivo para tornar-se ativo, capaz de construir, de pensar, de criticar, de se relacionar consigo mesmo e com os demais”*. Para ele a sua formação foi fragmentada, pois optou pela orientação educacional, não havia a visão do profissional como um todo. Vale a pena ressaltar que na época (2000) da formação dela o curso de pedagogia não era plena, ou seja, o pedagogo optava pela área de formação/atuação.

Durante sua formação, fez estágio de curso no espaço da escola formal em escolas públicas, e desenvolveu um projeto no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). E declara que sua inserção nesses espaços fez toda diferença para sua formação, *“pois conheci que o trabalho de um bom Pedagogo não precisa estar somente na escola, mas inclusive em outros espaços bem desafiadores, como o sistema socioeducativo”*. Quando perguntado se sua formação forneceu base para atuação no sistema prisional a resposta foi bem clara: *“Não, a base foi construída por mim, inicialmente estudando para o concurso e depois para trabalhar no sistema”*. Diz não se sentir preparado para atuar com adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas e que *“sempre devemos estar nos preparando, pois os desafios são grandes, o sistema ainda precisa de muitos ajustes, ainda é muito precário. Até a literatura referente ao tema ainda é restrita. A legislação também é nova, estamos nos adaptando, por isso, os profissionais não estão preparados”*.

4.1.3. O pedagogo Z

O pedagogo Z tem 40 anos, é formado há 17 anos, desde 1995, pela Faculdades Integradas do Planalto Central. Atualmente é orientador educacional do 5º ano ao 9º ano do ensino fundamental do colégio Dom Bosco de Brasília. Para ele, educação transformadora é a educação que de fato transforma. Entende que sua formação como pedagogo *“vem sendo alcançada ao longo desses anos de minha vida educacional. Posso dizer que estou me realizando a cada dia e tendo excelentes oportunidades de estar em constante crescimento profissional. Na verdade o que nos falta quando terminamos qualquer faculdade é efetivamente a prática dentro do contexto da Escola.”*

Durante sua formação esteve inserido na escola pública e na particular e relata perceber duas realidades bem distintas. Para ele fez diferença para sua formação estar inserido nesses espaços durante o curso *“porque desta maneira podemos efetivamente estabelecer pontos positivos e negativos existentes nas duas realidades e quem sabe viabilizar diferentes formas de ver e pensar a cerca das realidades. Além de tudo isso, o estar dentro do contexto educativo antes da formação nos dá uma pequena ajuda para enfrentarmos melhor a realidade”*. Não acha que sua formação deu base para atuação no sistema prisional e diz que *“o estágio apesar de ser uma experiência muito rica, não te prepara suficientemente nem para a realidade de sala de aula. Somente a prática do dia-a-dia faz crescer, enxergar as necessidades individuais e te dá segurança para novas e maiores dimensões de trabalho*

como essa. ”E também declara que “apesar de trabalhar com adolescentes que apresentam dificuldades comportamentais, que não querem seguir regras, que muitas vezes são indisciplinados e outras vezes desrespeitosos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do contexto educativo não se sente preparada para atuar com esse tipo de perfil, com adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas.”.

4.2. Resultados obtidos

Após o relato dos três pedagogos entrevistados a primeira conclusão que chego é a certeza de que independente do tempo de formação, bem como o tipo de habilitação plena, ou por área, os pedagogos não tem sido preparados para a realidade do contexto da semiliberdade. Ao analisar a entrevista do Pedagogo X verificamos em suas próprias falas que no curso de pedagogia, que é, ou deveria ser, essencialmente prático, tem faltado a prática. Não parece meio paradoxal?

Todos os Pedagogos entrevistados afirmam não se sentirem preparados para atuarem em ambientes de semiliberdade e que o curso de pedagogia não tem fornecido bases para isso. E onde entra a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 que entende a docência como uma ação educativa que é construída a partir das relações sociais? E como os pedagogos devem estar aptos a trabalharem em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, segundo a mesma resolução, se como verificamos na pesquisa nós, pedagogos, não temos sido preparados para isso?

O que precisa ser entendido é que o pedagogo não precisa estar (trabalhar) em uma unidade de semiliberdade para lidar com adolescente em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas, esse contato pode ser estabelecido através da escola. E como estar preparado para desenvolver um trabalho educativo com essa realidade se, como disse um dos entrevistados, grande parte dos pedagogos nem sabe que ela existe? Por um lado as diretrizes curriculares de Pedagogia que institui que devemos estar aptos a trabalhar em vários ambientes educativos e o mercado de trabalho que de fato espera isso, por outro lado o ECA que determina e incube ao pedagogo a missão de promover a ressocialização tanto do adolescente, quanto da família, desenvolvendo programas e serviços de apoio, e por fim o curso de pedagogia que não tem nos preparado e nem dado apoio para isso.

Segundo Paulo Freire (1996. P. 12) “não há docência sem discência. (...) Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” E existe outro meio melhor de aprender e se tornar um educador pleno do que no ato de ensinar, nas trocas de experiências e saberes, nas relações estabelecidas com o outro? Freire continua :

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética (...).

(Freire, 1996, p. 13)

Insisto em reforçar que a prática é o caminho para nos tornamos pedagogos plenos. Eu só aprendo sobre o outro e só posso acrescentar algo a ele a partir do momento em que me disponho, que me doo para construir uma relação e entender as suas reais necessidades. Caso contrário não existirá construção de relações sociais como dispõe a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 de 15 de MAIO de 2006.

Posso afirmar, a partir da minha formação, das entrevistas, a partir dos questionários, e pela vivência com os meus amigos pedagogos aqui na Universidade, que a cada ano a prática pedagógica tem se tornado mais escassa no curso de pedagogia. Ao analisar as entrevistas verificamos que o pedagogo Z, o mais velho, esteve inserido em dois ambientes educativos durante a sua formação, escola particular e pública. Como ele fez o curso normal a prática era a essência de sua formação. Já o Pedagogo Y esteve inserido em escolas públicas. E o Pedagogo X participou apenas um semestre de um projeto social que oferecia aulas particulares extracurriculares para crianças com baixa renda. Um semestre não é muito pouco diante de oito semestres de formação? Eu mesma encontrei o GENPEX no 7º semestre, foi quando percebi que não podia sair da universidade sem pelo menos um mínimo de prática de ensino- aprendizagem, nem sem saber o que de fato é construir relações sociais e construção de saberes. O que de fato é a docência mediada pela discência. Esse demanda práxica o Grupo GENPEX tem atendido muito bem, dentro do curso de Pedagogia da FE –UnB.

O curso de pedagogia precisa quebrar essa contradição de ser essencialmente teórico, enquanto sua base deve ser essencialmente práxica e na realidade só tem sentido se realmente obtiver esse caráter, pois independente da área de atuação e do espaço educativo não existe construção de conhecimentos e troca de saberes sem construção de relações sociais. E sobre isso a Resolução dispõe que a docência é uma ação educativa construída com relações sociais.

Creio que o conceito de relações sociais a que tenho me referido nesse trabalho, e a que se refere a Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de MAIO de 2006, esta de acordo com a de REIS:

Esta possibilidade de intervenção do ser humano em sua própria realidade micro e macro sinaliza com a possibilidade da transformação da sociedade então vigente. Transformação da natureza e finalidade da ciência (saber). Transformação da natureza e do exercício do poder. Transformação da ética e da natureza das relações do sistema produtivo. Edificar a centralidade das relações sociais no trabalho como produção social da vida em que seres humanos criam. Transformam-se e constituem-se mutuamente. Acolhem e são acolhidos. Amam e são amados.

(REIS, 2011, pg. 110)

Ação e construção, duas palavras que remetem a atuação e o envolvimento do docente e que se completam, fornecendo um real significado uma para outra e assim para a docência. Desse modo, não há construção sem ação. É preciso que o educador seja atuante e ativo no processo de construção de relações sociais para a partir daí, construir e compartilhar conhecimentos, promovendo a aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano e contribuindo para a superação de exclusões sociais, garantindo a educação com vistas à inclusão plena, assim institui as diretrizes curriculares do curso de licenciatura em pedagogia.

E sobre a prática Freire diz:

A questão da coerência entre a opção e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso que o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso.

(Freire, 1989, p. 16)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da minha vivência/convivência na Unidade de Semiliberdade posso dizer que sou outra pessoa e assim, realmente, uma nova pedagoga. Aprendi que para uma práxis pedagógica efetiva e eficaz é preciso muito mais que planejamento da mesma. É preciso doação, envolvimento, disposição. É preciso aprender a ouvir, a respeitar, a amar, a conhecer, a quebrar preconceitos e refazer conceitos. Aprendi que construção e reconstrução de conhecimentos remete a participação de todos os envolvidos no processo. Aprendi que só posso acrescentar algo ao outro a partir do momento em que sei o que importante para ele, quando conheço suas necessidades, desejos, carências, quando juntos vamos participando, descobrindo, construindo, produzindo conhecimentos e saberes, e assim, juntos, vamos nos constituindo enquanto sujeitos sociais em um processo de formação que é contínuo.

Diante dos meus aprendizados, preciso falar do meu anseio e do meu desejo de que todos os pedagogos em processo possam viver e experimentar a essência da nossa formação: uma práxis com sujeitos reais e concretos. Só assim, podemos ser educadores capazes de atuar em diferentes contextos educativos e contribuir para a formação de diferentes sujeitos. Por isso é importante que mais uma vez o curso de pedagogia seja (re)pensado e reestruturado tendo como base a práxis pedagógica. E para isso é indispensável que os estudantes de pedagogia se tornem agentes ativos em seu processo de formação.

PARTE III–PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Durante a minha formação pedagógica percebi e aprendi o quanto a educação é importante, pois ela tem o poder de transformação e é por meio dela que estamos em um eterno processo de (re)construção de conhecimentos e valores e reconstrução de nós mesmos.

Sei que ainda tenho muito a aprender como educadora e que serei aperfeiçoada dia a dia ao longo da minha vida educacional. Porém, sinto-me mais preparada para enfrentar contextos educativos diferentes, pois sei que se me dispor a aprender sobre essa realidade, se me tornar participante, seja qual for esta, conseguirei cumprir a minha tarefa: ser uma educadora atuante no processo educacional.

Cheguei ao final do curso, e agora como pedagoga pretendo fazer com que essa alegria e empolgação, de mais essa conquista, se estenda por todos os meus dias enquanto educadora. Pretendo me dispor e me doar ao outro. Espero não perder a fé, a esperança e o amor. O amor pela docência e pelo próximo. O amor que me move e traz toda essa vontade de estar com o outro, de juntos construirmos conhecimentos e, assim, a vida.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R.A **pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
- CARO, S.M.P.; GUZZO, R.S.L. **Educação social e psicologia**. Campinas: Alínea, 2004.
- FERREIRA, N. B. C. **Construindo a alfabetização de educandos no movimento popular do Rodeador DF: a Escola do Coração**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23º ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 6. ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Freire, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, Elisa P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- GUIRAUD , F. L. M.; ROCHA, M. A. **Contribuição à elaboração de programas de semiliberdade**. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/contribuicao_a_elaboracao_de_programas_d_e_semiliberdade.pdf> Acesso em: outubro de 2012.
- REIS, Renato Hilário dos. **A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos**. 1ª ed. Brasília: Autores Associados, 2011.

REIS, Renato Hilário dos. **A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas: 2000.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf>. Acesso em: maio de 2012

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Decreto Lei nº 2848, de 7 de Dezembro de 1940.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente. Disposições Constitucionais Pertinentes Lei nº8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução Nº 119, de dezembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília-DF, 2006. Disponível em:<http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase_integra.pdf>. Acesso em: Maio de 2012.

HTTP:// http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase_integra.pdf

HTTP:// http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Anexo 1 – Questionário

- 1. Nome:**

- 2. Idade:**

- 3. Formação (ano, curso, instituição):**

- 4. Trabalha (onde)?**

- 5. O que entende por educação transformadora, ela é possível?**

- 6. Como foi (ou está sendo) a sua formação como pedagogo, o que faltou nela?**

- 7. Durante a sua formação você esteve inserido em diferentes espaços educativos, quais?**

- 8. Se sim, fez diferença para a sua formação estar inserido nesses espaços durante o curso?**

- 9. Você acha que sua formação te dá base para atuação no sistema prisional, por exemplo?**

10. Você se sente preparado para atuar com adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas no sistema de semiliberdade?